



A grande aposta do BC e a possibilidade de monetização de dados pelo varejo

Após o sucesso do lançamento do Pix, a nova aposta do Banco Central (BC) é o open banking, uma infraestrutura de integração de dados financeiros, ou um conjunto de tecnologias que possibilitarão o compartilhamento de dados, produtos e serviços dos clientes entre os bancos, conforme a vontade do consumidor, que escolherá com quem deseja partilhar suas informações bancárias.

Na prática, trata-se da portabilidade dos dados financeiros das pessoas físicas e jurídicas, partindo-se da premissa de que, no sistema financeiro como atualmente organizado, é preciso permitir que os indivíduos tenham mais liberdade para levar suas informações financeiras para a instituição que desejarem.

No cronograma mais atual do BC, a primeira etapa da implementação deve começar em fevereiro de 2021. Essa implementação se dará em quatro fases, que se estenderão até o fim do ano que vem, e em cada uma delas será compartilhado volume progressivamente maior de informações entre os agentes.

Um dos mais importantes objetivos do open banking é aumentar a eficiência e incentivar a competição entre as instituições financeiras, pois a partir do pleno funcionamento da abertura das plataformas, bancos e fintechs terão o mesmo nível de informação sobre os clientes. Isso porque o indivíduo poderá permitir que as instituições compartilhem entre si desde seu histórico de transações até informações cadastrais. Vale ressaltar que o open banking está em linha com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

O acirramento da competição bancária trará novos benefícios aos consumidores, especialmente às pessoas físicas, em uma agenda de inovação e pró-

competitividade em que o BC vem atuando desde 2015/2016. O open banking permitirá maior inclusão bancária e a personalização de produtos financeiros, e, em conjunto com o Pix, oferecerá custos ainda mais atrativos aos clientes.

Mas a maior aposta do mercado é que a grande massa de informações geradas pelo open banking em pouco tempo estará disponível e poderá favorecer empresas de fora do sistema financeiro. Assim como com o Pix, novamente o varejo brasileiro terá oportunidades vantajosas, de acesso às informações dos clientes através das quais os tomadores de decisão poderão planejar suas ações de forma muito mais assertiva.

Em um primeiro momento, grandes redes varejistas e as chamadas big techs (Google, Amazon e Apple) terão maior capacidade de lidar com a enorme quantidade de dados gerados pela abertura bancária. Seria uma possibilidade de essas empresas atuarem também no mercado financeiro, com a monetização de dados, encarando o arcabouço regulatório. Elas deverão ser acompanhadas na sequência pelas empresas de menor porte, que estão acelerando a transformação digital.

A pandemia e a necessidade de isolamento social intensificaram o comércio eletrônico e o uso de novas tecnologias, em que também cresceram os volumes de transações com pagamentos pelas maquininhas, com destaque ao segmento de alimentação fora do domicílio através de aplicativos de entrega. Essa nova forma de operação garantiu a sobrevivência de muitas lojas de pequeno porte, e, além disso, tem oferecido ao lojista acesso às valiosas informações sobre o perfil dos consumidores e de suas compras.

Dentre os principais benefícios indiretos ao varejo da monetização de dados estão o potencial ►

- ▶ desenvolvimento de novos produtos ou serviços e a oferta de melhores experiências aos clientes.

O open banking nasceu no Reino Unido em 2018, portanto é importante analisar a experiência britânica em uma espécie de benchmarking. Na Inglaterra, a abertura bancária limita-se às fronteiras clássicas de atuação dos bancos, com informações compartilháveis restritas ao crédito e serviços bancários recorrentes e tradicionais. No Brasil, a troca de informações será possível também sobre contratações de seguros, operações de câmbio e aplicações financeiras.

Nesse sentido, o Brasil pode ser considerado ambicioso comparativamente aos demais países que já possuem iniciativas de open banking, como, além da Inglaterra, Austrália, Cingapura, México, Alemanha, Itália e Luxemburgo, por exemplo. Esses países estão menos avançados e restringiram a regulamentação da abertura bancária.

Diferentemente do ecossistema financeiro inglês, o sistema bancário brasileiro é constituído por poucas instituições que concentram grandes parcelas do mercado. A agenda do open banking facilitará a entrada de novos players e a expansão das fintechs, e tornará o sistema mais transparente.

As implicações macroeconômicas no spread bancário e nos juros serão importantes.

O spread no País está entre os mais altos do mundo, embora tenha se reduzido durante a pandemia, é um grande entrave na redução do custo do crédito. Os bancos comerciais justificam o spread pelo elevado risco de inadimplência, o que não se materializou na economia brasileira nesta crise. Com mais informações disponíveis e maior competição entre as instituições, certamente diminuirá o espaço para grandes diferenças entre os preços das transações bancárias.

Outro importantíssimo impacto do aumento concorrencial é que levará à redução das taxas de juros praticadas. Como os correntistas terão maior credibilidade com seus dados abertos, eles ganharão poder na negociação de taxas menores e condições mais ajustadas à sua realidade orçamentária.

Mesmo com a Selic no menor nível histórico (2%) e expectativa de que permaneça nesse patamar até o fim de 2021, as taxas cobradas pelas instituições ainda são elevadas. Embora seguindo tendência de redução, há espaço para melhorar o custo do

crédito. No médio prazo, observaremos queda nos juros, o que jogará a favor do BC também na sua função de condução da política monetária.

O sistema financeiro brasileiro passou por grandes modernizações este ano, sendo a primeira delas a grande bancarização da sociedade. Com o auxílio emergencial fornecido pelo governo, a população que ainda não possuía uma conta bancária passou a ter uma poupança digital na Caixa Econômica Federal, o que aumentou a acessibilidade ao sistema bancário.

Esse ambiente financeiro mais inclusivo e a maior segurança das pessoas nos pagamentos eletrônicos deverão gerar grande impacto na economia em 2021, principalmente no comércio, já que as famílias terão um incentivo a comprar, especialmente bens de consumo duráveis.

A implementação do open banking, em conjunto com taxas de juros baixas e mais pessoas incluídas no sistema bancário, expandirá o crédito e, conseqüentemente, fomentará o consumo. Mais um forte indício de que o crédito será protagonista na retomada do consumo das famílias e do Produto Interno Bruto (PIB) no médio e longo prazos.

As melhorias no sistema financeiro foram feitas no momento certo, e abriram espaço para a implementação do open banking em 2021. A expectativa é de que o Pix seja utilizado, por exemplo, em quase 20% das vendas realizadas nos próximos meses, o que não deve substituir completamente os meios de pagamento que já existem, mas acirrar a diminuição dos custos de transações.

Como já assinalado em recente artigo publicado neste sumário, o papel regulatório do BC vem ganhando força recentemente. A modernização dos meios de pagamento e a inovação na forma de funcionamento do sistema financeiro, com maior participação dos agentes privados, fortalecerão essa vertente do BC.

A digitalização está ainda deslocando as funções clássicas da moeda. Antes a moeda era usada principalmente para transações comerciais, agora continua como unidade de conta e para acumular como reservas.

Com todos esses avanços em um curto espaço de tempo, o Brasil está caminhando para um sistema financeiro mais robusto, em que a etapa seguinte deverá ser a criação de uma moeda digital oficial pelo BC.

Mercado estima queda de 4,41% para o PIB deste ano

No último relatório Focus divulgado pelo Banco Central (11/12), a mediana das expectativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou para 4,35%, o 18º aumento consecutivo nessa estimativa. No curto prazo, as projeções dos analistas para o IPCA são de 1,19% para dezembro e 0,37% para janeiro do próximo ano. As cinco instituições que mais acertam – TOP 5 – projetam IPCA de 1,18% e 0,39%, respectivamente. A mediana das projeções dos analistas para o IPCA de 2021 permaneceu em 3,34%, e, para 2022, a estimativa continuou em 3,50%.

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), a meta da taxa de juros Selic permaneceu em 2,00% ao ano, terminando o ano em seu menor nível histórico. A próxima reunião será nos dias 19 e 20 de janeiro do próximo ano, quando se espera que o Banco Central não irá alterar a taxa novamente. Contudo, a expectativa do mercado é que ela aumente em 2021, alcançando 3,00%, além de um novo incremento em 2022, com juros podendo ser de 4,50%.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial de 2019 recuou 1,1%, a primeira queda após dois anos consecutivos de crescimento, avançou 1,0% em 2018 e 2,5% em 2017. O resultado acumulado no ano até outubro de 2020 mostrou queda de 6,3%; quando consideramos o período de 12 meses terminados em outubro, a variação negativa foi menos intensa, de 5,6%. Entretanto, contra o mesmo mês do ano passado, já houve avanço, de 0,3%, assim como na variação mensal com ajuste sazonal, em que houve resultado positivo de 1,1%. Para o fim de

2020, a projeção é de queda de 5,0% no setor. Já para os dois anos seguintes, 2021 e 2022, as projeções são positivas, de 5,0% e 2,48%, respectivamente.

No âmbito externo, o mercado estima um déficit de US\$ 4,45 bilhões na conta-corrente em 2020. Em relação ao resultado da Balança Comercial deste ano, são esperados US\$ 57,63 bilhões pelos analistas. Já para 2021, os especialistas consultados preveem um valor de US\$ 17,0 bilhões negativos para as transações correntes e US\$ 56,50 bilhões positivos correspondentes ao esperado para a Balança Comercial. Isso com uma taxa de câmbio de R\$ 5,20/US\$ em 2020 e R\$ 5,03/US\$ em 2021.

A estimativa para a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) de 2020 é de queda de 4,41%. Apesar desse valor negativo, representa uma melhora nesse indicador em comparação à projeção de -4,66% de quatro semanas passadas. Caso se realize, será o primeiro resultado negativo após três anos seguidos de avanço. Segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), indicador de atividade que serve como prévia para o PIB, a variação acumulada nos últimos 12 meses terminados em outubro foi negativa em 3,93%.

As Contas Nacionais do terceiro trimestre mostraram retração de 3,4% no acumulado dos quatro trimestres anteriores, porém já obteve resultado positivo na comparação com o trimestre anterior, com crescimento de 7,7%. Já para 2021, espera-se uma evolução positiva de 3,50% na economia, enquanto, para 2022, as estimativas são positivas em 2,50%.

O trabalho de casa (II)

Dando continuidade ao texto que saiu no Sumário anterior, entre muitos acontecimentos a respeito do começo da pandemia no Brasil, as imagens de março e abril mantêm-se vívidas até o momento, acendendo lembranças muito fortes, como, por exemplo, as das calçadas vazias, do número reduzido de carros transitando nas ruas, do imenso número de lojas com portas arriadas, dos shopping centers fechados sem consumidores, dos teatros, cinemas e restaurantes, também,

dentre outros estabelecimentos comerciais e de serviços.

Fora do ambiente crítico causado pela pandemia, supermercados e minimercados, padarias, lojas de material de construção e farmácias e drogarias constituíram-se nas exceções.

Com indústrias e escritórios, quase a mesma coisa: sem funcionar. Ou seja, muitas fábricas paradas e prédios comerciais sem movimentação. ►

- ▶ O mundo real ficou bem parecido com a ficção dos thrillers que exploram cenas com locais ermos em plena luz do dia e à noite.

Portanto, a paralisia dos negócios foi tremenda, cenário assustador completamente assimétrico ao que se tinha antes da pandemia, em janeiro e fevereiro, só para citar.

As atividades cujas características eram a de lidar com o público de maneira presencial se viram totalmente prejudicadas quando os clientes desapareceram, bem como tiveram que cerrar suas portas.

Como foi e ainda é percebido a olho nu, muitas das empresas que fecharam não tiveram condições depois de retornar às suas atividades.

Sobre o fenômeno, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) tiveram a oportunidade de emprestar a sua inteligência para procurar aferir e explicar através de pesquisas e estudos a fim de descobrir a dimensão da mortalidade das unidades produtivas nos primeiros meses da crise.

Visando mitigar efeitos da crise, o governo movimentou-se com rapidez e afinco. No mercado monetário, o Banco Central do Brasil (BC) interveio aumentando a liquidez. Também as autoridades construíram novas linhas de crédito.

Na área fiscal, houve diferimento de impostos e aumento de gastos. Some-se a isso as mudanças na legislação das relações de trabalho entre muitas outras políticas públicas implementadas. Todas tiveram o mesmo escopo. Portanto, renovaram fôlego para as empresas que teriam condições de sobreviver no meio do darwinismo empresarial.

Ainda sobre o começo da crise, em muito pouco tempo, a capacidade produtiva instalada tornou-se ociosa, muitos equipamentos ficaram sem utilização porque a queda na procura deu-se acentuadamente. Os espaços vazios na esfera produtiva redundaram no ambiente físico menor da produção, com efeito sobre o contingente reduzido da força de trabalho empregada.

De certa maneira, as novas condições de produção estavam determinadas. Menor volume de bens e serviços a ser ofertado, contextualizado pelo cenário de crise e queda vertical da demanda, com mão de obra desempregada.

No cenário recessivo, as empresas perceberam oportunidade até bem pouco tempo pouco exploradas, ou mal vislumbradas.

As empresas notaram que, com o afastamento dos funcionários, haveria significativa economia de gastos. Diminuíram, assim, despesas com aluguel, energia,

papel, combustível, acidentes de trabalho no percurso e café, entre outras usuais no dia a dia.

Nesse contexto, os exemplos de substituição do trabalho presencial pelo remoto foram e cada vez mais estão sendo múltiplos, e, como uma onda, as empresas tiveram que se amoldar à situação.

À época, a mídia noticiou que Petrobras, Vale, Oi, Vivo e Coca-Cola, um bom número de grandes empresas, fizeram esse tipo de ajuste em sua estrutura organizacional.

Reportando que, desde março/abril, algumas delas estabeleceram o trabalho remoto até dezembro deste ano; outras, até 2021, sem precisar data. Isso implicou na adoção de novas rotinas, outro significado para o resultado do trabalho.

A entrega derivada do trabalho remoto possui os mesmos atributos que a do presencial. A diferença basicamente está no ambiente onde é realizada; no meio físico pelo qual o serviço se desenvolve fora do ambiente institucional.

O que importa é a prestação do trabalho, a entrega. Tirando os momentos em que a câmera fica aberta para a edição da imagem em tempo real, pouco representa para a sua produção intelectual se se encontra com roupas adequadas, bem apresentado ou apessoado.

Também não diz respeito se a criança em casa atrapalha, se os vizinhos são barulhentos, se as condições de produção do trabalho remoto são favoráveis ou prejudiciais. O que vale é a conectividade e a importância do valor da materialização da sua entrega.

Outra coisa também a se destacar: o empregado corporativo pode cumprir com seus compromissos de qualquer lugar onde estiver. Isto é, não precisa ficar em casa necessariamente para prestar o serviço.

Basta ter conectividade – como foi citado acima – e plugar-se à rede, de qualquer lugar. Quando o 5G chegar no ano que vem, a tendência será a de elevação dos ganhos graças ao incremento proporcionado pelo aumento de produtividade, visto que muitos dos problemas de conectividade hoje presentes não deverão mais existir.

Mais recentemente, a TIM anunciou que os 2.000 funcionários do seu call center irão permanecer trabalhando remotamente, em definitivo. A decisão permanente acarreta: desenvolvimento de sistemas para adequar a estrutura produtiva à redução de custos; escalabilidade pelo aproveitamento eficiente do resultado do trabalho; e promoção da satisfação do pessoal, visto que a maioria optou pela jornada de trabalho em casa. Sem contar o que isso poderá incorrer em termos de eficiência produtiva. ▶

▶ Ao que tudo indica, os ganhos de produtividade do fator trabalho serão, portanto, enormes. A redução de custos também acontece em sentido contrário. Nesse aspecto, os ganhos da empresa vão ser enormes visto que se equilibram perspectivas de receitas com as de despesas, sendo que a tecnologia se torna o fator determinante para essa forma de alocação da força de trabalho.

Então, para que fosse possível às empresas poderem sobreviver aos novos tempos de acomodação do trabalho e consumo remotos, além de terem que ajustar despesas às novas projeções de receitas, novos modelos de negócios vêm sendo constantemente buscados, formulados, tendo como eixo principal a inovação tecnológica.

Inovação entendida como algo ainda não experimentado. Inovação percebida pela necessidade de adequação dos projetos ao uso mais intenso da tecnologia. Inovação sentida como fazer diferente para obter resultados diferentes. Inovação para transformar o meio físico em digital. Inovação para definir novos processos e o exercício de funções operacionais. Dessa forma, um passo interessante é o de fazer a inserção da empresa no meio tecnológico dos aplicativos de um celular um processo inexorável.

Para o trabalhador não habituado ao home office, a situação, a mudança, que pôde parecer no princípio radical, com o tempo virou usual.

A capacidade humana à adaptação do meio ambiente rude e difícil o diferencia dos outros animais pela inteligência e capacidade de percorrer transversalmente o universo de Charles Darwin a fim de confirmar a sua teoria escrita no século retrasado.

De uma hora para outra, celulares e notebooks tornaram-se ferramentas-chave fora do meio físico da empresa. Diferentemente das estações de trabalho ou baias. Em consequência, pode-se pressupor que as pessoas se transformaram de empregados para empresas, na medida em que a responsabilidade e o compromisso se mantiveram. No entanto, o meio físico mudou completamente.

Não importa onde o profissional elabore a sua tarefa e desenvolva a sua rotina. O que vale para a corporação é o seu fim, o resultado da transformação intelectual em produto/serviço.

De certa forma, as pessoas passaram a agir como empresas, já que a funcionalidade não depende mais da sua presença física, nem de certas atribuições que poderiam ser consideradas rígidas na corporação.

Apesar dos vínculos contratuais sob a legislação trabalhista, a partir do instante em que se desligam

fisicamente do ambiente corporativo, assume-se relativo ar de autonomia, independência, embora as exigências no fim da atividade não tenham mudado.

Sem a égide do supervisionamento pessoal direto feito pelo nível superior, os colaboradores ganharam relativa autonomia no que concerne ao desempenho das suas funções.

As funções/atribuições podem ser exercidas de onde quer que seja, evidentemente desde que compatíveis com o nível do resultado esperado – em conformidade com as avaliações.

O que surpreende é a velocidade como essa nova configuração do trabalho vem acontecendo. Mesmo com a chegada da vacina, havendo possibilidade de escolha, muita gente deverá preferir o atual tipo de trabalho remoto, fazendo da sua moradia a sua empresa, ou parte dela, como escritório. Também realizar as tarefas de onde estiver, fora da moradia.

A mudança tem acontecido aqui no Brasil e no mundo. No nosso caso, a tarefa não será tão simples e fácil. Existe um déficit social que não tem como resgatar de imediato.

O Brasil tem pela frente inúmeros problemas a enfrentar para que o processo represente inclusão, melhoria social e diminuição das desigualdades.

Ainda que se afirme que a educação seja primordial, sabe-se que as mudanças decorrentes demandam tempo e maturação. Com suas vísceras mais expostas em função dos efeitos da pandemia, a situação brasileira apresenta-se bastante complexa, necessitando de ataques em outras frentes, além da questão educacional.

Diminuição da violência, estabelecimento de maior segurança jurídica aos novos negócios, abertura aos investimentos estrangeiros, e investimentos para mitigar os efeitos dos gargalos em infraestrutura e logística já poderiam remediar muitos aspectos das questões para resolver.

O problema maior do Brasil, no entanto, vai ser como encontrar resposta à necessidade de fazer inclusão de tanta gente nessa dinâmica produtiva.

Mais de 14 milhões de desempregados; desigualdade que coloca o País entre os últimos do ranking mundial; problemas estruturais (tamanho do Estado, estatais demais, déficit fiscal e dívida pública muito grande em relação ao produto) que somente poderão ser resolvidos com vontade política e reformas são variáveis importantes de um sistema de problemas que precisam ser combatidos.

A elaboração de políticas que coloque foco no longo prazo, enfatizando programas de empreendedorismo, estabelecendo metas de inclusão produtiva e social,

- ▶ buscando redução das iniquidades e fortalecimento das empresas, notadamente as de menor porte, pode ser um caminho a ser trilhado.

Já com as grandes empresas, não precisam do tratamento diferenciado. Elas fazem a economia, embora a geração de emprego perpassa pelas de menor porte. Essas unidades preponderam participação no produto doméstico, respondendo por mais de 70% da riqueza gerada. Seus ajustes e arranjos produtivos produzem

impacto bem maior sobre a atividade econômica em geral, influenciando o papel das menores, por extensão.

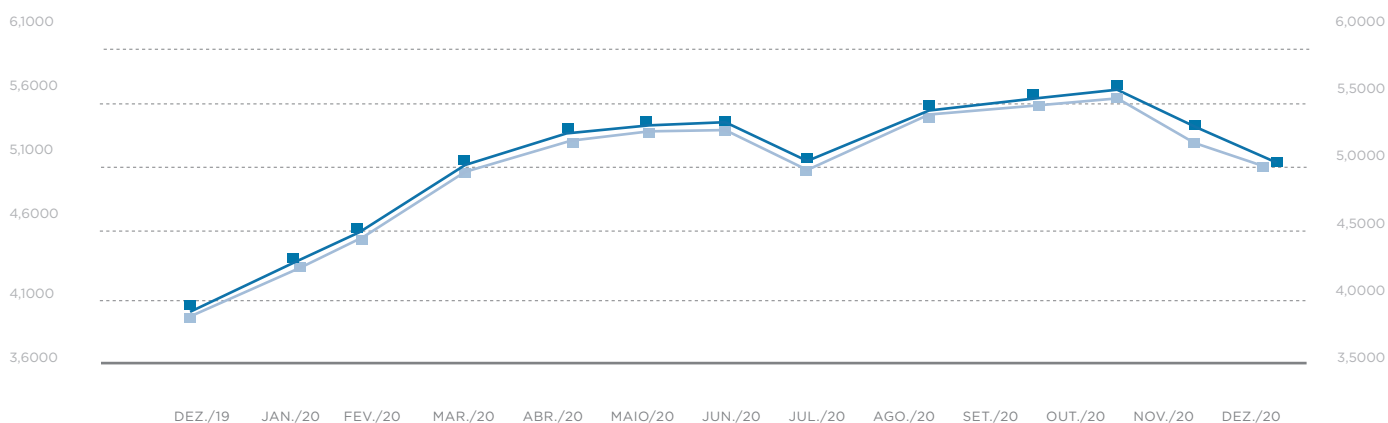
Nessa onda de transformação global, o trabalho remoto está no escopo das diretrizes tanto do setor privado como do setor público. Os indivíduos se inserem como partícipes de um processo de mudanças aceleradas, necessitando compreender o seu papel dentro da empresa para atuar com maior qualidade na entrega associada à produtividade, conforme a missão de cada uma delas.

INDICADORES ECONÔMICOS

DISCRIMINAÇÃO	SETEMBRO DE 2020	OUTUBRO DE 2020	NOVEMBRO DE 2020	VARIÇÃO PERCENTUAL (%)	
				ACUMULADO NO ANO	ÚLTIMOS 12 MESES
IPCA (%) (IBGE)	0,64	0,86	0,89	3,13	-
INPC (%) (IBGE)	0,87	0,89	0,95	3,93	-
IGP (M) (%) (FGV)	4,34	3,23	3,28	18,10	17,94
IGP (DI) (%) (FGV)	3,30	3,68	2,64	22,16	24,28
IPC Fipe	1,12	1,19	1,03	4,79	5,78

CÂMBIO COMERCIAL (PTAX)

— COMPRA: 5,0572* — VENDA: 5,0578*



*Em 14 de dezembro de 2020

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS 2020.3

Setor de Atividade	Taxa Trimestral*	Taxa Trimestral Anual	Taxa Acum. no Ano	Taxa Acum. nos Últimos 4 Trimestres
Agropecuária	-0,5%	0,4%	2,4%	1,8%
Indústria	14,8%	-0,9%	-5,1%	-3,5%
Serviços	6,3%	-4,8%	-5,3%	-3,5%
Comércio	15,9%	-1,3%	-5,0%	-3,2%
PIB	7,7%	-3,9%	-5,0%	-3,4%
Consumo das famílias	7,6%	-6,0%	-6,3%	-4,1%
Consumo do governo	3,5%	-5,3%	-4,9%	-3,7%
Formação bruta de capital fixo	11,0%	-7,8%	-5,5%	-4,0%
Exportação	-2,1%	-1,1%	-0,9%	-1,9%
Importação (-)	-9,6%	-25,0%	-12,3%	-9,0%

*Dados com ajuste sazonal

Fonte: IBGE | Elaboração: CNC - Divisão Econômica

CALENDÁRIO DE INDICADORES ECONÔMICOS

Dezembro de 2020

Dia	Indicador/Pesquisa	Fonte
21	Expectativa de Inflação	FGV
22	IPCA-15	IBGE
22	Sondagem do Consumidor	FGV
23	Notimp - Política Monetária	BC
23	Notimp - Mercado Aberto	BC
23	PNAD - COVID-19	IBGE
23	Sondagem do Comércio	FGV
28	CAGED	CAGED
28	Sondagem da Indústria	FGV
29	PNAD	IBGE
29	Resultado do Tesouro	Tesouro
29	IGP-M	FGV
29	Sondagem de Serviços	FGV
30	Notimp - Política Fiscal	BC
30	Incerteza Econômica	FGV

SUMÁRIO ECONÔMICO

Ano XXXVIII, nº 1.649, Dezembro, 2020

Área responsável: Divisão Econômica

Editor responsável: Carlos Thadeu de Freitas Gomes

Redação técnica: Divisão Econômica – de@cnc.org.br

Projeto gráfico: Gecom

Diagramação: Gecom

Revisão: Alessandra Volkert

As últimas edições desta publicação estão disponíveis na íntegra no endereço www.cnc.org.br, na área Publicações.